

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2012:** _____

---Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano dois mil e doze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Enes de Abreu,
Berta Filipa Gonçalves Viana,
António Maranhão Peixoto,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Maria Adriana Brochado da Cruz Novo em substituição de Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
Miguel de Almeida Moreira,
Zélia Susete Rosas Fernandes,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
António Manuel Meira da Cruz Queirós
Maria Isabel Fernandes Dias,
Armando Luís Lopes Martins,
António Viana da Cruz,
Manuel Barros Lopes,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
José Henrique Laranjeira Brito,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Joaquim Carvalho Rosmaninho.

---Sendo vinte e uma horas, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta, bem

como dos senhores Vereadores:
António Benjamim da Costa Pereira,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale,
Hersília Manuela Sousa Neves Brás Marques e
Rui Manuel Martins Pereira.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:
Manuel Fernando Lima Meira Torres e
António Carlos Vieira da Silva.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Usou da palavra Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:
“Na última Assembleia Municipal subimos a esta tribuna para felicitar o governo de Passos Coelho por um ano de governação apontando, sem peias, aquilo que julgávamos bom e, também, o que era motivo de descontentamento da população. Afirmamos, nessa altura, que a herança recebida foi penosa mas que com o compromisso dos partidos da esfera do poder – os mesmos que se comprometeram, sem reservas, cumprir o estabelecido no Plano de Recuperação, seríamos capazes de ultrapassar as dificuldades e as vicissitudes para onde Portugal foi atirado nos últimos anos. Tal como nas últimas eleições legislativas os portugueses souberam dizer basta a uma política desastrosa traçada pelo Partido Socialista, mas também, nas recentes manifestações, os mesmos portugueses manifestaram o seu desagrado por algumas medidas apresentadas pelo governo as quais se mostram gravosas para a população e em nada contribuirão para a recuperação económica do país que todos desejamos se faça o mais rápido possível. Salvo raras exceções – e estas facilmente explicáveis porque foram visíveis – a população soube manifestar-se com civismo, ignorando apelos a violência vindos de alguns políticos ressabiados. Pedro Passos Coelho e o seu governo não podem ignorar estes sinais. Não podem fazer de conta que nada se passou. Todos sabemos que o poder tem a sua própria lógica e essa consiste, em primeiro lugar, dizemos nós, em alicerçar a sua base de apoio e em governar em consonância com os seus princípios ideológicos contribuindo sempre para o bem-estar dos seus concidadãos. Não é isso a que assistimos porque, de facto, a situação é, por vezes, insustentável. A recuperação do país exige medidas difíceis, quase sempre incompreendidas mas que, explicadas através de linguagem simples, sem rodriguinhos, e sem escamotear o que quer que seja, dizia, essas medidas mesmos duras, com horizontes temporais bem definidos, são aceites com patriotismo. Foram muitos os momentos em que os portugueses foram chamados a se unirem em defesa da nossa soberania. Este é mais um desses momentos. As últimas manifestações contrariamente ao que algumas forças políticas querem fazer crer, não vieram à rua para derrubar o governo, para colocar o poder na rua, para exigir eleições. Vieram, de forma clara, exigir um verdadeiro contrato social entre os portugueses que governam e os governados. Vieram dizer

a classe política que medidas difíceis ao serem apresentadas devem ser estudadas com diálogo das partes e, acima de tudo, com razoabilidade. Vieram para a rua dizer que estão cansados de assistir a guerras de Arlequim e Manjerona protagonizadas por políticos inábeis e distantes da realidade.

Certamente que perante estas manifestações o regime treme. Treme porque esta nitidamente em falência. O Parlamento não é, maior parte das vezes, exemplar, os Tribunais mostram debilidades que só enfraquecem e desacreditam a justiça, não se compreende, muitas vezes o papel do Presidente da República como garante do bom funcionamento das instituições, os governantes descomprometem-se, com muita facilidade, das suas promessas eleitorais e do programa com que se apresentam aos eleitores, o Conselho de Estado e o que se vê – um órgão por onde desfilam vaidades e contradições.

Portugal precisa, com urgência, de um verdadeiro Contrato Social e esse só será possível se acabarem as desconfianças entre Eleitos e Eleitores.” -----

Seguidamente interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, cuja intervenção se transcreve:

“No dia 25 de Junho de 2012, o Sr. Deputado Penteado Neiva, líder do Grupo Político do PSD, afirmou nesta Casa, após discorrer sobre a Governação do PSD/CDS-PP, conduzida por Passos Coelho/Paulo Portas, que “em momento de balanço de um ano de governo as expectativas são encorajadoras, no entanto ainda vemos alguns escolhos no caminho que são necessários retirar e, para isso, queremos continuar a acreditar que o Governo de Pedro Passos Coelho trará, de novo, Portugal para a senda do desenvolvimento sustentado e lhe reporá os índices de credibilidade que outros danosamente lhe retiraram”.

Debalde!!! O desenvolvimento sustentado e a credibilidade desejada foram dizimados pelas malfetorias deste Governo PSD/CDS-PP. Ao invés, o povo está confrontado com os resultados arrasadores de uma política que não só “não resolveu nenhum dos problemas do país, antes os agravou, incluindo os que afirmava querer resolver: a dívida e o défice das contas públicas” (Jerónimo de Sousa).

Hoje, temos um país mais endividado, mergulhado numa profunda recessão e, portanto, economicamente moribundo. O Desemprego aumenta de forma assustadora em cada dia que passa. É medonha a neurose social. O povo sofre, quase exangue, atingido por estas políticas criminosas.

Políticas que o Governo PSD/CDS-PP procurara intensificar através de mais roubos e cortes nos salários e reformas dos trabalhadores do sector público e privado.

Políticas que o Governo ousara prosseguir, através de mais e significativos cortes na saúde, na educação e na segurança social.

Tudo, medidas anunciadas “a coberto de uma mistificadora operação de distribuição equitativa de sacrifícios entre rendimentos de trabalho e capital, mas que se saldaram em mais uma repelente e cínica farsa, onde escassas e meramente simbólicas medidas de agravamento fiscal dos rendimentos do capital, contrastam com uma brutal extorsão das classes e camadas populares.”

E, neste quadro, não podemos deixar de sinalizar “as manobras que o governo tem em curso, e as quais o Conselho de Estado deu o seu aval, que tendo por base o recuo na Taxa Social Única, visa manter o objectivo de assalto aos salários e rendimentos dos trabalhadores e dos reformados e prosseguir o rumo de declínio e retrocesso do país”.

Sendo, também de sublinhar que “a activa e elucidativa colaboração do PS na manobra desenvolvida nos últimos dias pelo governo na substituição do roubo por via da TSU, por outro roubo de igual significado aos trabalhadores e ao povo e representativa do nível de compromisso e cumplicidade dos subscritores do Pacto de Agressão e traduz objectivamente

um incentivo ao prosseguimento da aplicação desastrosa desse mesmo Pacto e a continuação da política de desastre nacional”.

Por isso, num quadro “em que se tornam mais visíveis o avolumar de contradições no seio do governo – inseparáveis da profunda erosão da sua base social de apoio – designadamente com o CDS a desenvolver cínicas manobras de distanciamento e o PS, a procurar iludir as suas pesadas responsabilidades na situação a que se chegou, o PCP reafirma que não basta rejeitar esta ou aquela medida do Pacto de Agressão, não basta mudar este ou aquele ministro repetindo manobras de governos anteriores para salvar a política de direita. O que a situação do país impõe é a inadiável rejeição do Pacto de Agressão, a ruptura com a política de direita, uma mudança profunda na vida nacional que, com um novo governo, assuma uma política patriótica e de esquerda que responda às aspirações dos trabalhadores e do povo português”. Daí a necessidade e importância do desenvolvimento da luta que demonstre a força e confiança dos trabalhadores e do povo português” (cfr. conferência imprensa 23/09/2012). Povo que saberá, mais uma vez, ser actor e obreiro das mudanças necessárias para construir um país mais democrático, um país mais justo, mais fraterno e solidário.” -----

Continuando a sua intervenção apresentou uma Recomendação que se transcreve:

Recomendação à Câmara Municipal para que adira ao movimento nacional e internacional de Orçamentos Participativos e que elabore a Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Esposende. -----

“O Orçamento Participativo (OP) constitui uma das dimensões mais importantes da democracia participativa, permitindo aos cidadãos uma intervenção mais activa, atenta e responsável nos processos de decisão e governação local.

As experiências de Orçamento Participativo (OP) ganharam uma enorme importância no plano internacional., importando salientar o interesse que esta forma de participação democrática tem merecido por parte de políticos, organizações como a Organizações das Nações Unidas, universidades e sociedade civil. Portugal não ficou alheio a esta dinâmica. Efectivamente, no nosso país, cerca de trinta municípios e quatro freguesias já adoptaram, no âmbito da elaboração dos seus orçamentos, este procedimento de participação directa das populações. E onde tem sido implementadas tais experiências, verifica-se, conforme revelam alguns estudos sobre esta matéria, que os indicadores sociais apresentam melhores condições. Assim, imbuída dos princípios norteadores do movimento e das experiências dos Orçamentos Participativos, e na perspectiva de aprofundar a participação cidadã dos Esposendenses na resolução dos problemas do concelho, a Assembleia Municipal de Esposende recomenda:

- À Câmara Municipal de Esposende que elabore a Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Esposende;*
- Que os Orçamentos Participativos do Município de Esposende assumam uma natureza verdadeiramente deliberativa, atribuindo um poder efectivo de decisão aos munícipes, de forma a que estes possam apresentar propostas e votar nos projectos que considerem prioritários;*
- Que a Câmara Municipal de Esposende, tal como já aconteceu com outras edilidades, adira ao movimento nacional e internacional de Orçamentos Participativos.” -----*

Intervenção seguida de José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, cuja intervenção se transcreve:

“No passado dia 13 de Setembro, passaram 130 anos sobre a morte de Antonio Rodrigues Sampaio.

As mortes não se celebram, lamentam-se. E esta Assembleia Municipal, em devido tempo, comemorou de forma muito apropriada, em S. Bartolomeu do Mar, terra do seu nascimento, a efeméride do bicentenário do nascimento deste herói do liberalismo português.

Estou em crer que a vida de António Rodrigues Sampaio, especialmente a luta que sempre travou em favor dos mais desfavorecidos – desvalidos, como então se dizia –, é um exemplo que devemos recordar e cultivar.

Neste Fórum Municipal, que tem o seu nome, é de toda a justiça que lembremos esta data, porventura reflectindo que as lutas daqueles tempos, afinal, ainda são lutas de hoje.”

Continuando,

“Venho aqui falar do povo. Do povo a que pertença e que tem servido para tudo, desde que esta nossa pátria nasceu! Esta Pátria que foi feita por ele, desde Viriato, nas cabanas da Serra da Estrela, até aos campos de S. Mamede, em Guimarães; esta Pátria que foi forjada no sangue, no suor e nas lágrimas deste povo que a consolidou ao longo de quase 900 anos, São os filhos desta Pátria, o povo português. Um povo, que, muito para além das suas possibilidades, se agigantou e deu novos mundos ao Mundo. Um povo que foi dono de mais de metade do globo, mas que raramente encontrou quem o soubesse governar. Um povo que se chegou a pensar ser formado por super homens, mas que perdeu tudo: possessões ultramarinas, a independência, a liberdade! Que reconquistou estas últimas com muito esforço, mas que corre sério risco de as perder outra vez...

Foi este povo que se levantou no passado dia 15. E levantou-se para dizer não a tanta insensibilidade sócia, a tanta injustiça, à falta de consideração por quem está lá posto por ele, para o governar, para governar para ele.

Não vou aqui recorrer à argumentação de que as dificuldades actuais são culpa deste ou daquele governo, desta ou daquela conjuntura. Continuamos a levar a vida a discutir e a analisar, mas pouco ou nada mudamos ou resolvemos.

O desabafar basta-nos... desde que sintonizados e fieis ao nosso clube. Basta-nos isso para que tudo vá rolando! Dizem que a isso se chama coerência, fidelidade. Pois que seja; mas eu sou livre e para mim, como «não há machado que corte, a raiz ao pensamento», tenho alguma dificuldade em entender como por vezes a paixão e o arrebatamento clubístico momentâneo, turva o normal raciocínio de pessoas intelectualmente honestas.

Aqui, mesmo nesta casa, aqueles que há um ano e meio sistematicamente massacravam a bancada do Partido Socialista, com críticas nem sempre justas, dirigidas ao Governo de então, nomeadamente ao seu chefe, serão os mesmos que hoje forçosamente se interrogarão se valeu a pena tal momento de glória... e percebo que o eco de muita dessa representação, lhes estará a bailar na consciência, lembrando-lhes que muito alegremente cuspiram para o ar... e hoje, deve custar-lhes a engolir muita coisa que foi dita!

Bom, mas eu disse que não ia por aqui, e não vou!

Quero antes congratular-me com o não afogamento do nosso 1º Ministro, que segundo um distinto deputado da chamada esquerda retorcida, estaria a perder o pé e a afogar-se. Ainda segundo o conhecido fabulista, quanto mais Pedro Passos gritava perto da praia, mais Passos se afundava... tal como um submarino: quando subia um e descia dois metros.

Afinal, o homem contorceu-se, fez marcha a ré e veio à tona... E aí está ele, saozinho como um pêro! Não perdeu pé nenhum, nem se afogou, como previu apressadamente o Dr. Francisco, ilustre Deputado da Nação. Afinal, Passos sabe nadar!

Ele até nem era de prever que se afogasse, pois o Sr. Primeiro Ministro sempre tinha e agora, devido a reformulada profissão de fé – estilo crisma – sempre o teve, a seu lado, um fiel homem do ar, um viajero incansável, com pergaminhos na família. Já seu bisavô atravessara o atlântico sul, indo de Lisboa ao Rio de Janeiro, numa passarola um pouco melhor de que a

do padre Bartolomeu de Gusmão, mas se não fosse pelo ar, seria, de certeza, por baixo de água, que ele lhe deitaria a mão... nem que fosse salvá-lo num escafandro de lata, O nosso Primeiro seria sempre resgatado “in extremis” e chegaria à praia enxutinho que nem uma raia, tivesse ele recuado ou não na famigerada Taxa ou Imposto, com que tanto entusiasmou o pagode nacional, o tal povo, que afinal também soube dizer – Alto aí e pare, já!

Não sei porque o tio Francisco do Bloco, não viu que a piada não tinha jeito nenhum, pois bastava olhar para a bancada dita do Governo... para ver quantos nadadores salvadores e mergulhadores lá se encontravam, prontos a vestir os calções, os fatos e os coletes, par salvar sua Exa. desde o Dr. Relvas, o Moedas, e o Álvaro, (dizem que este ainda não sabe nadar), o Gaspar, que só nada em piscina coberta, de agua aquecida... e muito devagarinho, até ao da Lambreta e à Dr.^a Cristas, que dizem formada em socorrismo pela C.V., para uma possível necessidade de respiração boca a boca

Estavam todos prontinhos...

Mas enfim, os inteligentes também falham... e o deputado Francisco não calculou bem o espírito de irmandade que reina naquela confraria...!

Eu, que os ouvi quase por inteiro, para além de ter ficado satisfeito com o possível salvamento do nosso Primeiro, também fiquei bem impressionado com aquela alegoria as árvores, quando o camarada Jerónimo, homem que conhece bem o que é a vida, lembrou ao Chefe do Governo as tais duas árvores que ele oferecera para o povo se enforcar!!!

Pensei cã para mim: boa camarada Jerónimo! Bem visto: uns roubados; outros afogados, outros acamados, outros desempregados, outros espoliados, outros desorientados, outros emigrados e outros apalermados, só nos falta saber qual é a que nos toca e começar a aparecer, por ai num descampado qualquer, engalhados pelo gasganete! Porém fiquei com uma dúvida, sim, porque até na morte há diferenças: qual seria o tipo de árvore para os senhores do capital e da banca? Seria a que podia dar ainda alguns frutos?

Para coroar todo este estado febril e emocionante, acabou também por prosar alto, o credenciado Dr. Mendes, o olho vivo do PSD-PPP, “desta vez não no seu programa da TV, mas nos Açores: O Governo, diga-se Passos Coelho, disse ele, sabe ser humilde, sabe ouvir o povo, e por isso recuou na TSU... Passos Coelho soube ouvir o Povo, gritou com força... Não é como o outro, o Eng.º Sócrates, que em casos idênticos, não o fez!!! E agora estamos a pagar tudo... disse o empolgado Dr. Mendes. Ou seja, a sibilina ressurreição metódica da história do “arrogante”, lembram-se? O Sócrates era um arrogante; o Pedro Passos é determinado e bom rapaz... Um poço de virtudes, a gente é que não o conhece.... Mentiroso? Mentiroso era o outro!!!

É esta uma pequena parte do ódio destrutivo da personalidade individual em que esta coligação, assentou toda a sua estratégia para chegar ao poder... tudo em nome da salvação da Pátria!

Agora, vê-se em quantos PEC's já vamos e isto ainda não vai parar por aqui.

O Sr. Dr. Paulo Portas lá vai dizendo que qualquer facada na Coligação é tudo em nome da Pátria. Que o verdadeiro Patriota é ele, principalmente enquanto anda no ar, qual caixeiro-viajante ou quando faz abanar a Coligação Governamental, numa demonstração de coerência, mas à revelia do seu parceiro coligado. Depois fá-lo ajoelhar, em nome da Pátria e do Deus supremo, que são os Mercados!!! Agora exige-lhe que ambos façam coligações nas autarquias... Chama-se a estas manobras “ganhar espaço político!”

O verdadeiro PPD-PSD, o tal que se diz social democrata ,também se vai calando talvez também ,em nome da Pátria... Falta é saber até quando... porque não é com manipulações, do género da que ontem ouvi no sagrado comentário domingueiro do oráculo nacional, que faz jus em tentar dar uma martelada no prego e na ferradura ao mesmo tempo, que se contenta a militância genuína, ao impingir-lhe aquilo que ainda julga que lhe alimenta o ego. Quando

perguntado sobre a subida do Partido Socialista nas ultimas sondagens o consagrado comunicador, que, vá lá, só tinha uma pontinha de febre, mas mantinha intacto o aguçado e veloz raciocínio, tipo raio fuscante, límpido e brilhante, explicou, depois de ter embrulhado a situação política num diagnóstico clínico onde até o médico morre, respondeu, arguto, à pergunta da jornalista:

- Não, não! - Bom, o Partido Socialista não sobe, DESCE! mas devia ter subido!! Palavra que me lembrei da célebre frase do grande chefe da Pérola do Atlântico – Esta tudo grosso!!! e garanto-vos que se fosse militante do PSD, enviava-lhe um “encharcado” por correio azul... a agradecer tão preciosa ajuda à minha abalada - e com razão - auto estima ideológica...

E andamos nisto! ... À procura da tal VERDADE, que, como Cínico em Atenas: ninguém sabe onde se encontra. Andamos de modelação em modelação, mas sem remodelação; de ajustamento em ajustamento, de mentira em mentira, de desaforo em desaforo, de injustiça em injustiça, e cá vamos andando, gemendo e chorando, mas resmungando ordeiramente e disto não sairemos enquanto tivermos politiquinhos e preopinantes deste calibre e até ao dia em que este Povo acordar mal disposto!” -----

Seguidamente usou da palavra Manuel Enes, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

“Dissemos, em Novembro de 2009, aquando da primeira reunião de trabalho desta Assembleia, que todos os deputados municipais que tem o privilegio de estarem aqui, eleitos pelas pessoas deste concelho, devem garantir o pluralismo democrático e fiscalizar o governo do Executivo Municipal.

Pois bem, começámos hoje o último ano deste mandato e, sendo a próxima Assembleia Municipal Ordinária o momento próprio para apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2013, é apropriado deixar um alerta quanto à exigência do cumprimento de promessas feitas na Campanha Eleitoral de 2009, que constam do programa do PSD, e que lhe permitiu ter os votos da maioria de eleitores deste concelho.

Não vou aqui desfiar todas as promessas nele contidas. Seria exaustivo para os senhores deputados e demais presentes e, porventura, embaraçoso para a maioria PSD no Executivo.

Mesmo assim, ousou enumerar algumas delas, nomeadamente aquelas que foram bandeiras de empolgantes discursos eleitorais em muitas freguesias, sobejamente divulgadas pelos meios de comunicação social local e em que muitas pessoas acreditaram, mas que sabemos hoje, com certeza, que não vão ser realizadas.

Não vão ser feitas, agora, com a desculpa da conjuntura económica e financeira do país, por culpa deste ou do anterior Governo central, dirão. Mas nunca admitirão que a culpa é daqueles que prometeram, com reserva mental, aquilo que não queriam, nem querem cumprir.

A verdade é que quem fez essas promessas sabia que não eram para serem cumpridas, que essas obras não eram para ser feitas ou muito dificilmente se fariam.

Contudo, porque até ao fim do mandato é legítimo que os eleitores acreditem, votassem ou não no PSD, é obrigação destes deputados, de todos sem excepção, que exijam que essas promessas sejam honradas, e exaustivamente justificadas se tal assim não acontecer.

Vou lembrar apenas algumas delas, e recordar o Executivo que tem ainda um ano para as concretizar.

Vejamos então:

Na Educação:

Está escrito que esta era uma das grandes prioridades e prometeram construir 4 novos Centros Escolares no concelho, nomeadamente das freguesias de Apúlia, Fão, Forjães e Marinhas.

Foram construídos até agora dois, o de Fão e de Forjães. Faltam, portanto os de Apúlia e o de Marinhas.

Saúde e Segurança:

Foi anunciada a intenção de promover uma actividade permanente do “Conselho Municipal de Segurança” conselho que existe mas ninguém ainda deu conta da sua existência tal é a ineficácia do mesmo.

Estão a monitorizar, estão a avaliar...

Resultado, nenhum.

Acção Social e Habitação:

Criar “Loteamentos para auto-construção” de habitações unifamiliares, destinadas essencialmente aos casais jovens.

Pergunto: onde estão?

Ambiente:

Executar os projectos contemplados no “Programa Polis Litoral Norte” dos quais destacava:

Requalificação paisagística das zonas Ribeirinhas do Cavado (Esposende) e de Fão;

Requalificação e Renaturalização das Praias de Cedovém/Pedrinhas (Apúlia) e de S. Bartolomeu do Mar;

Construir uma ciclovía entre Antas e Apúlia, integrada na “Ecovia do Litoral” que ligará o concelho de Caminha ao concelho de Esposende;

Reivindicar junto do Ministério do Ambiente a implementação de medidas de combate a erosão costeira;

Destas propostas que constam do Programa Eleitoral do PSD, fez-se apenas a Frente Ribeirinha de Esposende e agora propõem-nos sair do Polis.

E então estes projectos?

Urbanismo:

Concluir a revisão do Plano Director Municipal;

Dar continuidade ao processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbanístico dos Núcleos centrais das freguesias;

Ainda tudo por fazer.

Desporto e Lazer:

Apoiar clubes e Associações Desportivas na construção ou requalificação dos seus equipamentos;

Também aqui tem cumprido mas mal, nomeadamente aquele impercebível apoio ao Futebol Clube de Fão, que muito questionamos, e que agora a Câmara se prepara para denunciar, provando que quando as coisas não são bem feitas, só podem dar mau resultado.

De qualquer modo, ainda pergunto:

Onde está o Polidesportivo de Rio de Moinhos, que chegou a constar do orçamento municipal?

Muito mais haveria para recordar, porque ainda falta:

Cultura, Rede Viária, Serviços e Património e Desenvolvimento Económico, mas fico-me por aqui para não cansar os presentes nesta Assembleia, ficando a certeza de que voltarei a estas e a outras promessas não cumpridas em futuras intervenções.

Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados do PSD, tiveram tudo aquilo que reclamavam e que serviu de desculpas em anos anteriores, para o insucesso da vossa acção.

Tem agora um Presidente da Republica do PSD, tem um Governo do PSD com maioria estável, às vezes pouco estável.

Tem um concelho onde as Instituições, Organismos, Empresas Municipais, Colectividades, são, muitas vezes, próximas, afectas, bem perto do PSD.

Concluindo-se, por isso, que senão cumprirem o que prometeram é porque não o sabem fazer, não o querem fazer, já não o queriam fazer e quando o prometeram foi simplesmente para distrair os eleitores.

Ora é contra isto que o Partido Socialista agora se manifesta, contra esta falta de rigor naquilo que é prometido.

Neste comportamento que desacredita quem esta com ética e sem interesse na politica, que contribuiu para que os eleitores se desinteressem pelos destinos do País, do Concelho ou da sua Freguesia, e aumente em todos os actos eleitorais o número daqueles que não vão votar.

Temos esta obrigação, a de censurar quem se esquece do que prometeu em campanhas eleitorais, e fazemo-lo porque também temos eleitores deste concelho que nos confiaram o seu voto para os representar nesta Assembleia e que o exigem de nós.

Aguardamos com expectativa aquilo que o Executivo nos vai trazer na próxima Assembleia, na apresentação das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013.

Demos todo o tempo que a Câmara quis para honrar os compromissos que fez aos munícipes deste concelho, e ficamos expectantes para ver até onde eles irão, na certeza porém, que nos manteremos intransigentes quanto à obrigação que o Executivo tem de os honrar.

Assim sendo, ficamos a aguardar pelo tempo que ainda falta para concluir o mandato, convictos que os eleitores deste concelho saberão julgar quem lhes vendeu ilusões.” -----

Intervieo seguidamente Maranhão Peixoto, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:

“Na Última Assembleia Municipal apresentamos a proposta de abolição imediata das portagens na A28. Até agora não obtivemos qualquer explicação ou informação sobre esta reivindicação que foi, se bem se recordam, aprovada por unanimidade.

Dos órgãos tutelares não veio qualquer eco, somente um silêncio sepulcral ou um assobiar para o lado ignorando tal pretensão.

Em declarações recentes vimos e ouvimos o Secretario de Estado das Obras Publicas e Transportes, Sérgio Monteiro, escudando-se numa directiva da União Europeia, anunciar o fim dos descontos e isenções as empresas e residentes na A28 a partir de 1 de Outubro.

Já se torna fastidioso voltarmos a enumerar os entraves, os constrangimentos, a insegurança e os prejuízos que tal medida acarreta para as empresas e pessoas, nomeadamente, do nosso aro municipal.

Face a tal anuncio e perante a situação que se vive, solicitamos ao governo, no mínimo, a manutenção da discriminação positiva e a consequente permanência dos descontos e isenções na A28.” -----

Seguidamente intervieo o senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo que, perante a referência feita aos deputados da Assembleia da República, e em função do mesmo, não poderia deixar de reagir. Continuando, disse que estamos, neste momento, a viver em Portugal momentos extremamente complexos e que, no que diz respeito à acção dos políticos, ser esta uma altura de enorme responsabilidade para aqueles que, a todos os níveis, exercem a actividade política. Disse que o cidadão anónimo segue, na maioria das vezes, aquilo que os políticos lhes tentam passar como mensagem e que, o caminho que muitos políticos usam de procurar denegrir, mesmo utilizando a “capa” de um populismo exacerbado, que conduzirá no imediato a resultados, mas que no médio e longo prazo isso não se verificará. Referiu que todos os intervenientes deverão ter sentido de responsabilidade política, ter memória política, e que, enquanto cidadãos de acção política, deverão ter o sentido de responsabilidade e de saberem elevar aqueles que exercem, muitas vezes com sacrifício pessoal, a função política, seja ela no Parlamento, no Governo, nas Câmaras Municipais ou nas Juntas de Freguesia e que,

principalmente, os Presidentes de Junta sabem bem as dificuldades e sacrifícios que passam diariamente para com poucos recursos acudir às dificuldades que encontram todos os dias pela frente.

Continuando a sua intervenção, disse que Portugal precisa hoje, mais do que nunca, que a função política seja dignificada e que entende não valer a pena alguns políticos procurarem denegrir a função política porque ela deve ser elevada para que as pessoas tenham confiança, para que acreditem nas instituições porque, caso contrário, o caminho até à ditadura é muito curto e que a ditadura surge sempre quando as pessoas deixam de acreditar e de ter esperança naqueles que, pela democracia, exercem o mandato em nosso nome.

Referiu ainda que quando se governa mal ou quando os governantes fazem asneiras, o povo mostra nas ruas o seu descontentamento, tal como aconteceu há bem pouco tempo e, a outra forma de demonstrar o seu descontentamento é através do seu voto mas que, para que tal aconteça, é necessário haver democracia, liberdade e respeito pelas instituições. Pelo que, cabe a todos, independentemente da ideologia, da opinião política ou pessoal, de defender com dignidade e respeito aqueles que são escolhidos pelo povo e que, a política, não é preto e branco, a política são ideias, são projectos, é a participação, é o exercício da democracia, é saber escolher e ter liberdade para escolher.

Disse também que quando, através do voto, o povo entende mudar os intervenientes políticos, estamos perante o exercício da democracia e isso é a liberdade.

Referiu ainda que o cargo de Deputado Municipal, de Presidente de Junta tem que ser dignificado, tem que ser respeitado, e que, pessoalmente, lhe custa assistir acusações a pessoas que dão a cara e que trabalham em prol das suas populações, muitas vezes com sacrifícios pessoais e familiares. Disse que na política, como noutros sectores, não são todos puros e, naturalmente, alguns serão diferentes, mas, pelo menos, teremos de respeitar aqueles que, no meio daquele molhe de gente, são honestos, são trabalhadores, que sentem as dificuldades das pessoas e lutam por elas.

Terminando, disse se lembrar bem da sua experiência quando governante e que, na altura, quando ia para casa, o que mais lhe custava e o fazia meditar eram as decisões que tomava e que poderiam prejudicar pessoas de forma indirecta. E que nas funções no parlamento sempre procurou defender os que precisam, defender quem o elegeu, mas acima de tudo, dignificar o exercício da função. -----

Terminado o período de intervenções, foi colocado a votação o assunto proposto no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido a seguinte votação:

1 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE ADIRA AO MOVIMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL DE ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS E QUE ELABORE A CARTA DE PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra os 22 deputados do Grupo Político do PSD e os 2 deputados Independentes, num total de 24. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP. Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU e os 6 deputados do Grupo Político do PS, num total de 7. -----

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente na sessão a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. -----

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para esclarecer sobre eventuais assuntos que possam ser colocados pelos senhores deputados. -----

Não se verificaram intervenções. -----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.02 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2012 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e cinco de Junho de 2012 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2012.

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os deputados Bibiana Oliveira, Orlando Rua e António Viana da Cruz. -----

03.03 – LIMITES ADMINISTRATIVOS DO CONCELHO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de Setembro de 2012, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove os limites administrativos do Concelho de acordo com a planta apresentada. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo solicitado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que a proposta fosse apresentada e explicada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal uma vez que se trata de um assunto que tem sido acompanhado mais de perto pelo senhor Vice-Presidente.

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que explicou o processo e a proposta apresentada, nomeadamente informando que a proposta está relacionada com os limites administrativos das freguesias de Apúlia e da Estela, do Concelho da Póvoa de Varzim,

no âmbito da revisão dos Planos Directores Municipais de Esposende e da Póvoa de Varzim.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO DOS LIMITES ADMINISTRATIVOS DO CONCELHO DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA E NOS TERMOS DO EXTRACTO DE CARTOGRAFIA DOS LIMITES ADMINISTRATIVOS CONSTANTE DA EDIÇÃO MAIS RECENTE DA CARTA ADMINISTRATIVA E OFICIAL DE PORTUGAL DO INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. -----

03.04 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal que, de harmonia com a sua deliberação tomada em 09 de Agosto de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove a rectifique relativa à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A RECTIFICAÇÃO RELATIVA À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS. -----

Votaram a favor os 22 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP, os 2 deputados independentes e os senhores Presidentes de Junta de Esposende e Fão, num total de 29. Abstiveram-se 4 deputados dos Grupos Políticos do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 5. -----

03.05 – POLIS LITORAL NORTE – SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL NORTE, S.A. – PROPOSTA DE RETIRADA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE DO PROJECTO E PROPOSTA DE VENDA DA POSIÇÃO ACCIONISTA NA SOCIEDADE. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 13 de Setembro de 2012, solicita à Assembleia Municipal que autorize o Município de Esposende a abandonar o projecto Polis Litoral Norte e que seja proposto ao governo que o accionista Estado proceda à aquisição total da posição accionista que o Município detém na Sociedade pelo valor de 1.400.00€, equivalente ao capital social já subscrito e não aplicado. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referido que o presente assunto tem sido, politicamente, muito debatido, nos últimos dias, e, como tal, iria fazer um ponto da situação sobre o programa Polis Litoral Norte.

Continuando, referiu que a Sociedade Polis Litoral Norte, constituída no ano de 2008, se encontrava a trabalhar no programa desde 2009 e que importa saber exactamente qual o balanço do trabalho realizado, até porque, a referida sociedade terá o seu termino em Março de 2013. Continuando, deu início a uma apresentação em “*PowerPoint*” onde foi possível verificar os principais eixos de intervenção do programa Polis Litoral Norte e o investimento realizado no decurso dos últimos quatro anos, mostrando ainda, através da referida apresentação, quadros onde se verificou que a maior parte do dinheiro foi gasto na estrutura e na gestão. No caso em concreto, um valor superior a quatro milhões de euros, bem como as despesas gastas com os honorários da sociedade Parque Expo que se cifra num valor bem próximo dos quatro milhões de euros.

Informou ainda que, dos accionistas que compõe a sociedade – Estado Português e os Municípios de Esposende, Viana do Castelo e Caminha, só o Estado e o Município de Esposende realizaram o capital a que estavam obrigados, e que, o Município de Viana do Castelo realizou pouco mais de metade daquilo a que estava obrigado e o Município de Caminha realizou unicamente cerca de um terço do capital que estava obrigado. Por este facto, verifica-se que o défice destes dois municípios, junto da sociedade, é cerca de seiscentos mil euros e que as despesas realizadas no âmbito do programa Polis Litoral Norte estão a ser suportadas com o dinheiro do Estado e da Câmara Municipal de Esposende.

Seguidamente apresentou um outro quadro onde foi possível verificar que, das quarenta e nove intervenções previstas no programa, só se verificou a execução de apenas três e que estas foram no concelho de Esposende. Informou ainda que, presentemente se encontra em execução uma única intervenção, no concelho de Viana do Castelo, e se encontra aprovada uma outra, no concelho de Esposende – Requalificação da Zona Ribeirinha de Fão. Pelo que, até ao final do programa, das quarenta e nove acções previstas só se efectuarão, de facto, cinco acções.

Deu ainda a conhecer que, no decorrer dos últimos quatro anos, foram enumeras as tentativas, tanto do Conselho de Administração da Sociedade bem como dos municípios, para reunir com o Estado e discutir questões que eram consideradas muito importantes para o sucesso do projecto, como os custos da estrutura, o facto de se ter verificado, ainda no ano de 2009, que algumas das intervenções previstas não tinham dotação suficiente, a necessidade de discutir soluções para algumas intervenções, dando como exemplo a obra de Pedrinhas/Cedovém, uma vez que, no caso em concreto, as entidades impõem a demolição total das construções existentes, quando a Autarquia defende uma solução diferente. E nunca se verificou qualquer reunião com o accionista Estado para resolver as questões enumeradas.

Continuando, referiu que perante a falta de abertura do Estado para, pelo menos, discutir as questões pendentes e a diminuta percentagem de intervenções realizadas, não resta outra solução ao Município de Esposende que não seja a de dar “um murro na mesa” para que, embora dando um passo a trás possa seguidamente dar dois passos em frente e aquilo que a Câmara Municipal verdadeiramente pretende, não será certamente sair do programa Polis Litoral Norte, mas sim pressionar o Estado a tomar uma posição sobre o processo para que este avance. Porque, disse, é inquestionável que todos quererão que o programa continue para além de Março de 2013 para que as acções que ainda não foram executas se realizem, porque se assim não fosse, o município não teria feito o esforço financeiro gigantesco para aderir ao Programa Polis Litoral Norte.

Disse ainda que estar contra a posição da Câmara Municipal, em seu entender, só pode ser vista de três formas, ou porque se trata de uma pré excitação eleitoral autárquica, ou se trata de um apoio político à actuação do Governo neste domínio ou, na pior das hipóteses, seja um apoio

político ao município que lhe interessa e está empenhado em continuar na situação actual. Mas fácil será perceber qual a razão do município de Viana do Castelo pretender que a situação esteja estagnada, uma vez que não realizou o capital a que estava obrigado e a outra razão é que a Câmara de Viana do Castelo sabe que vai ser o Polis Litoral Norte que lhe vai resolver o problema gravíssimo da dívida do Polis Viana que só são vinte milhões de euros.

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara reafirmou que a posição e intenção da Autarquia com a proposta apresentada foi unicamente com o intuito de provocar junto do Governo uma reacção, até porque, após ter sido tornada pública a posição da Câmara de Esposende foi imediatamente agendada uma reunião com a senhora Ministra do Ambiente com o intuito de discutir o futuro do programa Polis Litoral Norte e foi, finalmente, dada autorização para que a sociedade apresente candidaturas ao Programa Operacional de Valorização do Território para financiamento de um conjunto de acções, nomeadamente a intervenção na restinga do Cávado. O que equivale dizer que a posição do Município de Esposende de desagrado com a estagnação do programa e a forma como publicamente reagiu à situação já deu os seus frutos.

Terminando, e perante o anteriormente relatado, propôs ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que a proposta da Autarquia seja retirada e se aguarde pelos próximos acontecimentos, nomeadamente a reunião com a senhora Ministra do Ambiente e, assim, perante o resultado da referida reunião, possa a proposta ser novamente agendada.

Seguidamente usou da palavra José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se existem garantias que, da reunião com a senhora Ministra do Ambiente, o resultado seja positivo para o Concelho de Esposende.

Interveio seguidamente Ana Morgado, do Grupo Político do PS, tendo referido que não há por parte do Partido Socialista o poder de adivinhação e que a documentação distribuída aos deputados municipais propunha unicamente a saída do Município de Esposende do programa Polis Litoral Norte e que, como referiu, não existe o poder de adivinhação para saber que, afinal, a proposta era, unicamente, uma forma de pressão sobre o Governo.

Disse ainda que sobre a votação, o Partido Socialista tem legitimidade para votar como entender.

Seguidamente questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o que falhou para que não se tenha concretizado a obra de Requalificação da Zona Ribeirinha de Fão.

Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que, respondendo à questão colocada pelo senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, informou que a pretensão inicial da Autarquia foi finalmente conseguida, ou seja, foi agendada uma reunião com a senhora Ministra do Ambiente. Informou ainda que, paralelamente, foi conseguido autorização para que se apresentassem candidaturas a fundos comunitários para a concretização de alguns projectos, nomeadamente o da restinga do Cávado.

Continuando e respondendo à questão colocada pelo deputada Ana Morgado, informou que nada falhou relativamente à obra de Requalificação da Zona Ribeirinha de Fão. Disse que unicamente se verifica um ligeiro atraso. Informou ainda que existem duas razões que levaram ao atraso da referida obra. Referiu que uma das razões é da responsabilidade da Autarquia que se encontra a rectificar o projecto por necessidade de uma alteração técnica aos passadiços e que a outra razão pendente se prende com a autorização dos proprietários dos terrenos privados onde existe a necessidade de intervenção e que, esse processo, é da responsabilidade da Junta de Freguesia. Concluindo, disse que a obra de Requalificação da Zona Ribeirinha de Fão está

garantida estando unicamente pendente da resolução do anteriormente referido.

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO. -----

03.06 – PUBLICIDADE, OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR ESPLANADAS, MESAS, CADEIRAS E OUTROS E RESTANTES IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS MUNICIPAIS – ANO DE 2013 - PROPOSTA DE REDUÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 13 de Setembro de 2012, solicita à Assembleia Municipal que autorize a Câmara Municipal a aplicar durante o ano de 2013, uma redução de 50% do seu valor na publicidade e na ocupação da via pública por esplanadas, mesas, cadeiras e outros e de 5% do seu valor nos restantes impostos indirectos e taxas municipais, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do Art.º 12.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro na versão actualizada. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a proposta.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A APLICAR, DURANTE O ANO DE 2013, UMA REDUÇÃO DE 50% DO SEU VALOR NA PUBLICIDADE E NA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR ESPLANADAS, MESAS, CADEIRAS E OUTROS E DE 5% DO SEU VALOR NOS RESTANTES IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 2 E 3 DO ART.º 12.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, NA VERSÃO ACTUALIZADA. -----

03.07 – TMDP – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM – ANO DE 2013 – PROPOSTA. -----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 13 de Setembro de 2012, solicita à Assembleia Municipal que, para o ano de 2013, fixe a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem em 0,25%. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou a proposta.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS

DE PASSAGEM A COBRAR DURANTE O ANO DE 2013, EM 0,25%. -----

03.08 – IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – ANO DE 2012 – PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 13 de Setembro de 2012 solicita à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2012, relativa aos Prédios Urbanos em 0,7%, Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI em 0,35%. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo referido que, tal como já anteriormente havia anunciado, era seu compromisso que, no âmbito da elaboração do orçamento para 2013, analisar de uma forma muito empenhada a possibilidade de promover algum desagravamento fiscal tendo em conta a conjuntura actual no país. Continuando referiu que para além da redução de 50% no valor na publicidade e na ocupação da via pública por esplanadas, mesas, cadeiras e outros e de 5% do seu valor nos restantes impostos indirectos e taxas municipais, também no IMI, a Câmara Municipal propõem para o IMI relativo ao ano de 2012 manter a taxa de 0,7% para os prédios urbanos não avaliados e reduzir de 0,40% para 0,35% a taxa aplicada aos prédios avaliados âmbito do CIMI. Disse ainda que antes de tomar qualquer decisão relativa às taxas do IMI, a Câmara Municipal, fruto das novas avaliações, tentou saber junto do Serviço de Finanças qual seria o impacto da referida medida. Disse que, infelizmente, as Finanças não conseguem fornecer dados e que unicamente informaram que dos dados que conseguiram apurar e, no caso de Esposende, a diferença da receita não seria muito significativa. Assim, e perante os dados dos anos anteriores a previsão da Autarquia é que na pior das hipóteses haverá uma perda de receitas na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros. Continuando, referiu que, tal como consta da proposta da Câmara Municipal, fica assumido o compromisso de que no próximo ano, já com todos os dados, se faça um novo desagravamento nas taxas do IMI. Disse também que quem pagou o IMI a 0,40% irá notar a diferença, uma vez que haverá, com a redução para 0,35% uma diferença substancial.

Disse ainda que o total das reduções agora prevista e o facto da Autarquia não cobrar Derrama equivale a prescindir de uma receita de setecentos mil euros.

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, tendo referido que para surpresa de muitos a CDU vai votar favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Continuando referiu que depois de uma análise da proposta é seu entendimento que, embora tímido, se verifica por parte da Autarquia um sinal de abertura perante a realidade e dificuldade dos dias de hoje e que, este facto, merece ser sinalizado.

Continuando disse que, numa reflexão que fez sobre as questões fiscais no Município lhe pareceu, embora, como referiu, não tenha ainda a situação completamente estudada, que o facto do Município de Esposende não cobrar Derrama talvez a situação se possa configurar injusta. Referiu que pese embora existam empresas com dificuldades profundas, existem outras que apresentam lucros substanciais e que, nestes casos, ainda que de uma forma simbólica, lhe seja cobrada Derrama para também estes contribuírem para o desenvolvimento do concelho.

Usou seguidamente da palavra Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, referindo que, pese

embora, a situação actual do país, a Câmara Municipal de Esposende está mais uma vez a demonstrar que está atenta aos problemas que enfrentam as famílias deste concelho. Disse que é de louvar que a Autarquia esteja neste momento em contra ciclo, uma vez que se verifica de um aumento generalizado de todos os impostos e, a Câmara Municipal, esteja precisamente a fazer o contrário, dando assim um sinal claro que, de facto, há preocupações sociais por parte da Câmara Municipal e que, este, é um bom exemplo, contrariando aqueles que repetidamente pensam e afirmam que a Autarquia não tem sensibilidade social.

Continuando, disse que, perante as propostas de desagravamentos das taxas de publicidade e de outros impostos, bem como o desagravamento da taxa do IMI, o Grupo Político do PSD apoia de uma forma incondicional as propostas apresentadas e louva ainda o compromisso do senhor Presidente da Câmara de no próximo ano poder vir a desagravar ainda mais os impostos.

Terminou, referindo que, apesar do esforço concretizado pela Autarquia na redução efectiva dos impostos, não conseguir entender, a posição e o voto desfavorável por parte do senhor Vereador do Partido Socialista na reunião da Câmara Municipal onde foi apresentada a proposta de redução da taxa do IMI.

Seguidamente e em defesa da honra usou da palavra o senhor Vereador Pedro Saleiro respondendo à reflexão do deputado Albino Neiva por, como referiu, este não ter entendido a sua posição e votação da proposta na reunião do Executivo Municipal. Referiu ser natural que o deputado Albino Neiva não entenda a sua posição sobre a matéria em apreço.

Continuando, disse que a posição do Partido Socialista tem sido tradicionalmente de propor uma redução de 0,1% relativamente ao valor máximo previsto na Lei e, prova disso mesmo, foi o facto de, na sessão de 2011, onde foi votado a proposta sobre o IMI, o PS ter proposto as taxas de 0,6% e 0,3% para as diferentes situações de avaliação dos prédios. Disse ainda que, como já teve oportunidade de referir, o Partido Socialista apresenta valores ainda mais reduzidos uma vez se fundamenta na base tributável do IMI que, ao longo dos últimos anos tem vindo constantemente a aumentar e também porque é uma facto que as isenções são cada vez menores e porque com a actual reavaliação por parte do Serviço de Finanças também contribuirá para um aumento das receitas. Referiu ainda que pessoalmente prevê que a receita do IMI no concelho de Esposende aumente durante mais alguns anos e que, a receita que actualmente é na ordem dos três milhões de euros poderá chegar, dentro de dois a três anos, a valores de cinco milhões de euros. Disse que, perante o referido, é seu entendimento haver margem para uma redução ainda mais significativa no IMI.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que há uma grande diferença nas propostas apresentadas, é que o senhor Vereador diz “parece-me” enquanto que a proposta apresentada pela Câmara Municipal não foi trabalhada sobre cenários hipotéticos mas sim sobre dados concretos e reais.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2012 EM 0,7% PARA OS PRÉDIOS URBANOS E EM 0,35% PARA OS PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI. -----

Votaram a favor os 22 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP, o deputado do Grupo Político da CDU e os 2 deputados independentes, num total de 28. Votaram contra os 6 deputados dos Grupos Políticos do PS. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PS, a seguinte declaração de voto:

“Pese embora nos congratularmos com o facto de finalmente o Executivo Municipal se ter decidido em baixar este imposto como há muito vínhamos sugerindo, entendemos que os valores apresentados mais não constituem do que uma pequena operação de propaganda Assim e em coerência com aquilo que entendemos serem os valores razoáveis a pagar por este imposto, e que seriam de 0,6% para os prédios urbanos e 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, votamos contra.

E votamos contra tanto mais que isso se justificaria actualmente tendo em conta as dificuldades económicas e financeiras que a maioria dos municípios estão a passar neste momento, e o grande número de desempregados no concelho.”

A CDU, cujo teor, como referiu Manuel Carvoeiro se remete para a intervenção que foi efectuada no período de discussão do presente assunto. -----

03.09 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Não se verificaram intervenções. -----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o senhor António Lopes, que usou da palavra nos termos do Regimento. -----

Assim, no uso da palavra, o senhor António Lopes questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade da autarquia criar hortas urbanas, uma vez que existem inúmeros desempregados e reformados e que esta solução seria mais uma forma destes ocuparem o seu tempo. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que o assunto está pensado e a autarquia se encontra a trabalhar no processo estando nesta fase à procura de terrenos para o efeito. Informou ainda que, para o projecto das hortas urbanas, o município pretende que os terrenos sejam o mais centralizados possível e, de preferência, o mais próximo da zona urbana. Continuando, referiu que já existem duas ou três hipóteses para a localização das referidas hortas urbanas e que a muito curto prazo estarão as mesmas disponíveis para as pessoas as poderem utilizar. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE. -----

---Sendo vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

ACTA

N.º 04/2012

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
24 de Setembro de 2012